

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0083-03

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado			
Ativo	Nota	2.017	2.016	Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais	Nota	2.017	2.016
Circulante				Receitas Operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.702.604	7.271.603	Receitas de subvenções - custeio	14	121.543.994	105.813.347
Contas de receber	5	16.244.678	13.857.285	Receitas de subvenções - investimento	8b	1.138.455	1.129.542
Estoques	6	4.269.430	3.332.084	Receitas financeiras		113.939	32.574
Adiantamento a fornecedores		304.083	346.267	Doações		1.945.261	1.661.053
Partes relacionadas	7	1.709.290	2.109.071	Outras receitas		28.938	21.130
Outros ativos circulante		434.352	293.356	Total Das Receitas		124.770.597	108.657.646
		28.664.437	27.209.509	Despesas Operacionais			
Não Circulante				Despesas com pessoal	15	(26.030.444)	(31.468.738)
Realizável a longo prazo				Serviços de terceiros	16	(37.676.818)	(36.703.762)
Depósitos judiciais		114.564	73.461	Custas corporativo compartilhado	17	(10.118.917)	(9.886.022)
		114.564	73.461	Drogas, medicamentos e materiais	18	(29.621.081)	(25.176.399)
Imobilizado	8	7.468.256	6.753.120	Total das despesas		(113.447.259)	(103.234.921)
Intangível	8	58.490	100.645	Amortização e depreciação	8b	(1.624.567)	(1.509.164)
		7.526.746	6.853.765	Correio e comunicação eletrônica		(75.629)	(108.410)
Total do Ativo		36.305.747	34.136.735	Água, gás, energia elétrica e telefone		(3.677.480)	(3.218.119)
				Fretes e carretos		(844.878)	(197.695)
				Viagens e ajuda de custo		(703.440)	(532.395)
				Custas de terceiros		(363.074)	(171.909)
				Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5a	(1.223.209)	(2.588.759)
				Despesas financeiras		(637.812)	(205.924)
				Inventário físico		-	-
				ativo imobilizado	8b	(650.874)	(541.558)
				Outras despesas		-	(398.532)
				Reversão de provisão para contingências		13.372	-
				Total das Despesas Superávit (Déficit) dos Exercícios		(9.787.590)	(9.472.465)
				Total das Despesas Superávit (Déficit) dos Exercícios		(123.234.850)	(112.707.386)
				Despesas Operacionais		1.535.747	(4.049.740)
				Demonstração do resultado abrangente			
				Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
				Superávit (Déficit) dos Exercícios		1.535.747	(4.049.740)
				Resultado Abrangente dos Exercícios		1.535.747	(4,049.740)
				Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto			
				Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais			
				2.017		2.016	
				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
				Superávit (Déficit) dos exercícios		1.535.747	(4,049.740)
				Ajustado por:			
				Depreciação e amortização		1.624.567	1.509.164
				Valor residual de ativos baixados		541.558	-
				Realização de subvenções		(1.138.465)	(1,129.542)
				Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		1.223.209	2,588.759
				(Reversão) constituição de provisão para contingências		(13,372)	-
				Superávit (Déficit) dos exercícios ajustados		3,231.685	(539,801)
				Variáveis nos ativos e passivos			
				Contas de receber de clientes		(3,610,759)	1,128,480
				Estoques		(937,346)	(726,701)
				Adiantamento a fornecedores		42,184	(182,983)
				Outros ativos circulantes		(182,099)	(89,649)
				Fornecedores		(897,802)	(301,766)
				Honorários Médicos		489,205	(790,043)
				Obrigações sociais e trabalhistas		44,967	1,965,831
				Obrigações fiscais		70,917	56,435
				Provisão para descontinuidade		885,350	825,896
				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(863,697)	1,345,699
				Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
				Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(1,555,083)	(1,893,972)
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1,555,083)	(1,893,972)
				Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
				Empréstimos cedido a partes relacionadas		399,781	(550,661)
				Subvenções governamentais de investimentos		450,000	850,000
				Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		849,781	299,339
				Redução do caixa e equivalentes de caixa		(1,568,999)	(248,934)
				Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
				No início do exercício		7,271,603	7,520,537
				No fim do exercício		5,702,604	7,271,603
				Redução do caixa e equivalentes de caixa		(1,568,999)	(248,934)

continua

continuação à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos nos hospitais, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. g) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos.

Descrição	2.017	2.016
Fundo Fixo	2.800	2.500
Banco conta movimento (a)	5.699.804	7.269.103
Total	5.702.604	7.271.603

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco Banpará.

5. Contas a Receber: Descrição	2.017	2.016
Secretaria executiva de saúde pública (a)	23.108.691	19.497.932
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(6.864.013)	(5.640.804)
Total	16.244.678	13.857.128

(a) Secretaria executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato

8. Imobilizado e Intangível

A) Composição: Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Benefitorias	4.311.426	(771.619)	3.539.807
Instalações	73.242	(31.501)	41.741
Instrumentos médicos hospitalares	733.707	(384.376)	349.331
Equipamentos de informática	1.561.602	(975.340)	586.262
Máquinas e equipamentos hospitalares	11.119.280	(4.945.035)	6.174.245
Móveis e Utensílios de Escritório	1.244.416	(450.474)	793.942
Móveis e Utensílios Hospitalares	1.114.249	(505.987)	608.262
Adiantamento a fornecedores	77.376	-	77.376
(-) Subvenções a realizar	(4.702.520)	-	(4.702.520)
Total imobilizado	15.532.778	(8.064.522)	7.468.256
Direito de uso de software	274.556	(216.066)	58.490
Total intangível	274.556	-	274.556
Total geral	15.807.334	(8.280.588)	7.526.742

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente à depreciação dos ativos. C) **Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Benefitorias	4,0%
Instalações	10,0%
Instrumentos médicos hospitalares	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e Utensílios de Escritório	10,0%
Móveis e Utensílios Hospitalares	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

9. Fornecedores: Descrição	2.017	2.016
Materiais e medicamentos	3.174.369	3.720.209
Serviços de terceiros	1.729.454	2.036.267
Imobilizado	45.474	90.623
Total	4.949.297	5.847.099

10. **Honorários Médicos:** Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.017	2.016
Honorários médicos pessoa jurídica	2.673.887	2.184.682
Total	2.673.887	2.184.682

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.017	2.016
Salários e ordenados	1.982.121	1.679.290
Provisão para dissídio coletivo (a)	259.024	843.081
FGTS	307.273	258.794
INSS	208.307	329.959
Provisão de férias e encargos	3.350.403	2.896.483
Outras	25.717	80.271
Total	6.132.845	6.087.878

de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 7.054.512. (b) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, sem expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. A movimentação do exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo em 1º de Janeiro	(5.640.804)	(3.052.045)
Complemento de provisão	(1.223.209)	(2.588.759)
Saldo em 31 de dezembro	(6.864.013)	(5.640.804)

6. Estoques: Descrição	2.017	2.016
Dietais enterais e parenterais	64.674	43.707
Fios cirúrgicos	61.024	42.157
Materiais de radiologia	37.385	59.629
Materiais hospitalares de consumo	1.382.311	1.047.976
Materiais hospitalares de reposição	-	73.795
Materiais de manutenção	234.424	154.278
Medicamentos	1.933.843	1.375.737
Higiene e Limpeza	70.530	96.936
Gases medicinais	181.530	-
Demais materiais	303.709	437.869
Total	4.269.430	3.332.084

7. **Partes Relacionadas**

Descrição	2.017	2.016
Emprestimos entre unidades - filiais (a)	2.495.382	2.518.787
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	(786.092)	(409.716)
Total	1.709.290	2.109.071

(a) - **Empréstimos:** Corresponde a empréstimos efetuados às outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. São elas: Hospital de Altamira, Hospital de Marabá e Hospital Oncológico. (b) - **Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

Depreciação Acumulada	2.017	2.016
Benefitorias	(771.619)	(359.807)
Instalações	(31.501)	(48.845)
Instrumentos médicos hospitalares	(384.376)	(349.331)
Equipamentos de informática	(975.340)	(586.262)
Máquinas e equipamentos hospitalares	(4.945.035)	(6.174.245)
Móveis e Utensílios de Escritório	(450.474)	(793.942)
Móveis e Utensílios Hospitalares	(505.987)	(608.262)
Adiantamento a fornecedores	-	(77.376)
(-) Subvenções a realizar	-	(4.702.520)
Total	(8.064.522)	(7.468.256)

(a) **Provisão para dissídio coletivo:** Em 31 de dezembro de 2017, corresponde ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, com o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão do valor dos depósitos de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017. 12. **Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orgãos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.017	2.016
Saldo inicial	3.529.037	2.703.141
Adições (Nota 15-despesa com pessoal)	1.088.485	1.011.388
Baixas por rescisões de contratos	(203.135)	(185.492)
Saldo final	4.414.387	3.529.037

13. **Provisão para Contingências:** A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. No exercício de 2017, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, não identificou contingências prováveis de perda e autorizou a reversão da provisão no montante de R\$ 13.372.

14. **Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.017

montaram R\$ 121.543.994 (2.016 - R\$ 105.813.347).

15. Despesas com Pessoal	2.017	2.016
Salários e ordenados	(21.208.952)	(18.781.413)
Insalubridade	(2.276.127)	(2.221.125)
Horas extras	(1.318.636)	(1.000.723)
Décimo terceiro salário	(2.464.690)	(1.870.330)
Férias	(3.307.914)	(2.684.210)
FGTS	(2.605.530)	(2.183.002)
Provisão para descontinuidade	-	-
- Multa rescisória FGTS	(1.088.485)	(1.011.388)
Contribuição Patronal ao INSS	(8.923.157)	(7.315.979)
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	8.923.157	7.315.979
PIS	-	-
(-) Isenção da Contribuição ao PIS (a)	171.741	-
Outras despesas com pessoal	(1.689.433)	(1.716.547)
Total	(36.030.444)	(31.468.738)

(a) Em fevereiro de 2017 o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário nº 636.941/RJ, onde decidiu que as entidades beneficiárias de assistência social que atendam aos requisitos legais, são isentas à contribuição ao PIS/Pasep. Assim, a partir de maio de 2.017 a entidade deixou de recolher a contribuição ao PIS sobre as despesas com pessoal, bem como, passou a registrar a isenção correspondente no resultado do exercício.

16. Serviços de Terceiros

Descrição	2.017	2.016
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(28.379.917)	(26.341.452)
Serviços tomados de pessoa jurídica	(9.296.418)	(11.662.310)
Total	(37.676.335)	(38.003.762)

17. **Custo Corporativo Compartilhado:** Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.

18. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.017	2.016
Medicamentos	(9.521.905)	(7.532.305)
Filmes radiológicos e fios cirúrgicos	(488.508)	(425.868)
Materiais de uso do paciente (consumo)	(10.665.749)	(8.797.278)
Gases medicinais	(1.211.537)	(1.206.090)
Generos alimentícios	(1.324.292)	(1.078.570)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.247.207)	(1.145.774)
Materiais de conservação, reparos e consumos diversos	(499.278)	(491.396)
Impressos e materiais de expediente	(589.175)	(527.346)
Pegás e acessórios de reposição	(1.337.005)	(951.524)
Outros	(359.290)	(611.331)
Total	(29.521.081)	(25.176.399)

19. **Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Ativos	2.017	2.016
Valor justo por meio do resultado	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5.702.604	7.271.603
Empréstimos e recebíveis	-	-
Contas a receber de clientes	16.244.678	13.857.128
Partes relacionadas	1.709.290	2.109.071
Total	23.656.572	23.237.802

Passivos
Pelo custo amortizado
Fornecedores 4.949.297 5.847.099
Honorários médicos 2.673.887 2.184.682
Total **7.623.184** **8.031.781**

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

20. **INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) do Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.014 a 2.016. Em 28 de junho de 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09. A Pro-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b) **Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 15 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) **Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

21. **Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS.

continua

Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A partir de maio de 2017, após decisão do Supremo Tribunal Federal, a entidade passou a ser isenta da contribuição do PIS sobre as despesas com pessoal. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.017	2.016
Contribuição para o financiamento da seguridade social	3.743.090	3.259.729
Cota patronal do INSS	8.923.157	7.315.979
PIS	171.741	-
22. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.	12.837.988	10.575.708

Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente da Pró-saúde
Jocelmo Pablo Mews - Diretor Geral da Pró-Saúde
Herbert Morechi - Diretor Geral do Hospital
Diego Vione Berenstein - Diretor Financeiro do Hospital
Thatyane Tavares Ribeiro
 Contadora do Hospital - CRC: PA-018250/O-2
David Martins Ferreira
 Contador Geral - CRC: ISP 195.413/O-2 "S" - PA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elabo-

ração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidades de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santarém, 23 de Março de 2.018.

LM Auditores Associados
 CRC ZSP018.611/O-8

Maurício Diácoli
 CRC ISP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 296197

Instituto Estadual Carlos Gomes
 120 ANOS DE HISTÓRIA

Terra de Revolta

A Borboleta Julieta

Edições
4009-7817